

Vera Maria Vidal Peroni
Jaqueline Villafuerte Bittencourt
Maria Otília Kroeff Susin
Paula Valim de Lima
Alexandre José Rossi
Juliana Selau Lumertz
Ângelo de Andrade Paz
Rafael Martins Sais (Orgs)

**ANAIS DO 2º SEMINÁRIO REDEFINIÇÕES DAS FRONTEIRAS ENTRE O
PÚBLICO E O PRIVADO: Implicações para a democratização da educação**

1ª Edição

UFRGS
Porto Alegre
2019

COMPLEMENTE SUA RENDA SENDO UM PROFESSOR? COMO AS SEGUNDAS LICENCIATURAS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA, OFERTADAS PELO SETOR PRIVADO, PODEM CONTRIBUIR COM A NATURALIZAÇÃO DA PRECARIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE

Alexandra Domingues¹
Sérgio Roberto Kieling Franco²

Apresentação do tema

Este é um trabalho que faz parte de um recorte de uma pesquisa de tese de doutorado em Educação, que está sendo realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul desde o ano de 2017. Este estudo possui o objetivo de analisar a qualidade democrática da oferta da formação de professores na modalidade a distância oferecida pelo governo federal entre os anos de 2004 e 2016, através dos programas UaB (Universidade Aberta do Brasil) e Pró-Licenciatura.

Os programas mencionados fazem parte de um incentivo governamental ao cumprimento da meta número 15, do atual Plano Nacional de Educação, que possui vigência até o ano de 2024 e que traz em seu texto o propósito de:

garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (BRASIL,2014)

Nossa investigação, que já se encontra na fase de coleta de dados, vem ocupando-se da intenção de compreender o reflexo desta política nas escolas públicas de ensino fundamental da região sul do estado do Rio Grande do Sul. Mais especificamente, pretendemos verificar o resultado político e material destas formações no interior das escolas de educação básica, nos primeiros anos do ensino fundamental. Primeiro, pretendemos analisar o resultado político, através de investigação sobre o comprometimento democrático dos professores licenciados em pedagogia através da modalidade a distância, que estejam atuando em classes de alfabetização em escolas públicas municipais da região de Pelotas/Rio Grande do Sul, e o segundo resultado, material, explorando os resultados desta avaliação quando postos em comparação com o que se refletia nas avaliações de larga escala anteriores a esta política e que já classificavam a proficiência dos alunos atendidos pelos professores formados em pedagogia.

¹ Mestre em Educação; UFRGS. alexandradomingues@gmail.com

² Doutor em Educação; UFRGS. Sergio.franco@ufrgs.br

Neste pequeno fragmento do trabalho, em que utilizamos uma análise baseada na metodologia de revisão bibliográfica, foi possível verificar que a formação de professores na modalidade a distância, não vem sendo garantida apenas pelo setor público e que vem sofrendo excessiva interferência do setor privado.

O setor privado insere-se no cenário da formação docente ofertando licenciaturas instrumentais e voltadas apenas para o mercado de trabalho, tais objetivos, destas empresas, contrapõem-se aos propósitos da formação de professores que defendemos na nossa pesquisa, ou seja, a que deve ter como base a garantia de um saber professoral que privilegie a consolidação de uma sociedade democrática, do ponto de vista da justiça social.

Junto com as formações que se voltam essencialmente para a aplicabilidade técnica da profissão, o ensino privado e com fins lucrativos, que pomos em questão, ainda incentiva, através das aligeiradas segundas licenciaturas que problematizamos neste trabalho, a ação do professor como uma complementação de renda que deva ter como único propósito a garantia individual aos pueris bens capitalistas. Salientamos que a indagação sobre as intenções das segundas licenciaturas mercantis que discutimos durante o texto não contempla as formações em segunda licenciatura previstas na resolução 02 de 01 de julho de 2015 que definia as diretrizes curriculares para a formação inicial e continuada em nível superior para os professores.

Neste sentido, conforme já mencionado, trazemos como questão de debate para esta discussão, o incentivo a precarização professoral que as empresas mercantis de formação docente vêm trazendo ao espectro do debate social, quando implementam alternativas de trabalho docente como empreendimentos excepcionais de acréscimo de proventos.

Desenvolvimento

O Slogan de uma Instituição privada mercantil de Educação Superior que atua nas modalidades presencial e a distância, e que já está consolidada no mercado empresarial, junto com a utilização da imagem de “garoto propaganda”, de um importante e respeitado comunicador, empregado na maior empresa de entretenimento e comunicação do país, chamam a atenção para a mudança nos modelos estruturais que estão presentes na atualidade da formação de professores no Brasil. Para fundamentar nossa discussão sobre este tema, analisamos o documento intitulado Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, do MARE (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado), elaborado em 1995, durante o segundo mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso, e também, a peça publicitária do ano de 2017 da Faculdade Anhanguera, que

pertence ao grupo Kroton Educacional, a qual incentiva o público em geral a procurar um curso de segunda licenciatura para complementar a sua renda.

A campanha publicitária em questão aconselha: torne-se professor e aumente sua renda. O abalo causado na internet após a divulgação da campanha fez com que o grupo empresarial voltasse atrás e a retirasse dos meios de comunicação. Em que pese que a instituição aprovou a exposição deste trabalho e investiu na sua divulgação, o que nos interessa observar é o quanto a influência do *modus operandi* empresarial pode manipular o pensamento coletivo e ao mesmo tempo naturalizar a precarização professoral.

Estão implícitas nesta mensagem de modo absurdamente intrínseco, ideias que apontam para a falta de importância da docência, principalmente para a magnitude da atividade dos professores que atuam nos anos iniciais, já que pudemos notar também, que as primeiras ofertas de segunda licenciatura eram destinadas particularmente para este público, ou seja, para cursos de licenciatura em pedagogia.

Também aparecem ali, ratificadas pela boa reputação do modelo da campanha, que é vendida como a de um empreendedor de sucesso que empenhou muito trabalho para atingir a riqueza que possui, a garantia de que qualquer pessoa, ainda que não esteja preparada, pode se tornar professor, bastando apenas o seu desejo e a sua necessidade de complementar a sua renda, para quem sabe então, atingir a riqueza que o apresentador desfruta hoje, depois de muito trabalho, desde a mais tenra idade.

A demonstração da falta de interesse governamental em tratar melhor os seus professores, seja através de escolas mais dignas, ou melhores estruturas de trabalho, aliada ao poder mercantil que avulta seus objetivos de lucro em detrimento da escola pública, traz ao fim, a sensação de que ser professor no Brasil não pode e não deve ser a primeira opção de um trabalhador, mas sim, aquilo que lhe sobra como um biscoito possível e como um certo trampolim para algo maior, melhor e mais respeitável. O estado e o setor privado reverberam assim, que a atividade professoral poderia ser quase um estágio, algo temporário para a manutenção financeira que avizinha melhores dias de trabalhos mais sérios e, por conseguinte, mais bem remunerados.

Considerações finais

O censo da Educação Superior de 2018³ mostrou que em termos de crescimento as instituições privadas estão consolidadas. No ano mencionado apareceram 2537 instituições de Educação Superior, destas instituições, aparecem 92 Universidades, 217 Centros Universitários e 1929 faculdades, todos privados. Em termos positivos, é possível identificar que a maioria das

³ FONTE: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

Universidades é pública, sobrando para o setor privado o monopólio das Faculdades e Centros Universitários. Ainda que possamos avaliar como um fator negativo a pequena diferença que existe entre a quantidade de Universidades Públicas e a quantidade de Universidades Privadas, de certa forma, ainda podemos afirmar que as Universidades Públicas Brasileiras, não obstante, representam o principal espaço de pesquisa e pensamento crítico do País. Na nossa investigação viemos procurando encontrar também diferenças favoráveis na qualidade do que é ofertado pelas instituições públicas, para o que é ofertado pelas instituições privadas quando estas são postas em relação como responsáveis pela formação de professores.

Presumimos fortemente que a natureza administrativa das instituições tem grande influência sobre o seu ensino, e é claro que com isso queremos afirmar que o processo de constituição professoral não pode estar restrito aos objetivos de empreendimentos financeiros que objetivam interesses difusos dos que defendemos quando estamos amparados pelo aporte teórico que baseia nossos estudos. A profissão professor não é um complemento de renda ou uma atividade qualquer para lograr acesso aos bens capitalistas. Enfatizamos assim que ser professor, entre outros, é vislumbrar a potência do seu trabalho como o de um partícipe de um sistema educacional mais justo, democrático e solidário, que contribui de forma definitiva para que todos possam ter acesso aos seus direitos e por consequência a uma vida digna.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação -PNE e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18set. 2019.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília, DF, 1995.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **Censo da educação superior: 2018** – Notas Estatísticas. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

KROTON. **Portal Ensino – Kroton Institucional.** Disponível em:<http://www.kroton.com.br/>. Acesso em set. 2019